

# **TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS NA PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BRASIL**

Territorios periféricos en la periferia de la Región Metropolitana de Rio de Janeiro, Brasil

RESULTADO DE INVESTIGACIÓN FINALIZADA

GRUPO DE TRABAJO N°07 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E LOCAL:  
DESIGUALDADES E DESCENTRALIZAÇÃO

MARCOS THIMOTEO DOMINGUEZ  
Cientista Social e Mestre em Saúde Coletiva  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA/ FIOCRUZ

## **RESUMO**

A pesquisa identificou os problemas sociais e as práticas de enfrentamento dos moradores do Jardim Catarina, loteamento periférico localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Partiu-se da ideia de que há um conflito entre as visões que alimentam os atuais investimentos na RMRJ e as ações cotidianas dos moradores da periferia e seus modos de vida nos territórios. Nestas localidades, tratadas por políticas urbanas como homogêneas, inúmeros projetos de cidade confrontam-se, produzindo contradições e vulnerabilidades. A sistematização das práticas populares desenvolvida neste estudo contribui para que não se caia nas armadilhas das análises simplistas e fatalistas sobre a RMRJ, criando assim, uma abertura às possibilidades para se pensar novos estudos e políticas públicas para as cidades.

**Palavras Chaves: periferia, práticas locais, territórios.**

## **RESUMEN**

La investigación identificou los problemas sociales y las prácticas de confrontación de los habitantes del Jardim Catarina, barrio en la periferia de la Región Metropolitana de Rio de Janeiro (RMRJ). Percibimos que existe un conflicto entre las distintas formas de interpretación que alimentan las inversiones actuales en la RMRJ y las acciones cotidianas de los habitantes de la periferia y de su manera de vivir en los territorios. En estos locales, enfocados por las políticas urbanas como homogéneos, innumerables proyectos de ciudad se interpelan, produciendo contradicciones y vulnerabilidades. La sistematización de las prácticas populares en este estudio contribuye para que no se entre en las trampas de los fatalistas sobre la RMRJ, creandose de esta manera, una abertura a las posibilidades de pensar nuevos estudios para las ciudades.

**Palavras Llaves: periferia, práticas locais, territórios.**

## **1. INTRODUÇÃO**

Nas duas últimas décadas no Brasil, o campo da sociologia urbana tem se ampliado e complexificado, incorporando os desafios trazidos pela própria dinamicidade e pluralidade dos processos políticos e

econômico-sociais vividos por nossa sociedade, que colocam em questão modelos teóricos e esquemas conceituais que não respondem mais aos problemas da agenda daqueles que atuam neste campo.

Dentre tais desafios, destacam-se aqueles referentes à análise das condições de vida e ambiente de territórios da periferia urbana, onde a vulnerabilidade socioambiental se produz e reproduz em escala ampliada, articulada a modelos de políticas públicas, marcadas pela precarização e a chamada parceria, através de ações setoriais e pontuais, “em detrimento da execução de políticas públicas articuladas como um conjunto orgânico de caráter universalista” (Machado da Silva, Leite, 2004, p. 64).

Diversos autores tem buscado responder a tais questões, indicando modelos de análises capazes de integrar conceitos e técnicas de diferentes campos interdisciplinares de forma a eliminar falsas dicotomias que foram constituindo-se no desenvolvimento histórico destes campos - biológico-não biológico, sociedade-natureza, cultural/natural, meio físico-biótico/ organização socioeconômica e centro/periferia, de forma a propiciar uma maior compreensão dos fenômenos urbanos (Ribeiro, 1999). Os modelos aqui vão se assemelhando ao que Castellanos (1997) chama de “colcha de retalhos”, às vezes costurados de forma harmônica, às vezes nem tanto.

Inspirados por estes modelos, e ainda em diálogo com as referências dos determinantes sociais nas condições de vida dos habitantes das cidades, muitas pesquisas voltadas para o processo de produção social dos territórios urbanos, buscam agora contemplar toda a complexidade deste processo, enfatizando não apenas suas várias unidades de análise, mas também a particularidade no nível local (Kawa, Sabroza, Oliveira & Barcellos, 2010).

Destacam-se também os trabalhos que procuram analisar as dinâmicas espaciais da periferia urbana, incorporando o conhecimento dos agentes sociais atingidos pela vulnerabilidade social e ambiental, de forma a não apenas a dialogar com seus pontos de vista a respeito destes processos, mas também investir em caminhos metodológicos que favoreçam a construção de sistemas de informação mais participativos, capazes de dialogar com as condições e experiências de vida da população (Oliveira & Valla, 2001).

Nesta direção, considerar a heterogeneidade de abordagens teóricas e metodológicas no debate sobre o modo de vida das camadas populares permite fugir de interpretações que comumente colocam as periferias metropolitanas unicamente na posição de fornecedores de mão-de-obra para os polos econômicos e como lugar exclusivo da pobreza e da violência (Maricato, 2011).

No caso específico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), soma-se a essas questões o contexto atual de implementação de grandes empreendimentos ligados à exploração e exportação de commodities, como é o caso do Complexo Petroquímico em Itaboraí (Comperj) no leste da Baía de Guanabara, cuja meta é qualificar a cadeia do petróleo no estado. Como os investimentos em projetos para as cidades metropolitanas são pautados quase que exclusivamente pela atuação do mercado global, há uma concentração de recursos e políticas urbanas direcionadas às áreas de maior valorização imobiliária. Com isso, áreas marginais caem no desinteresse dos agentes econômicos (públicos e privados), a não ser para a introdução de atividades industriais que se apoiam num esvaziamento legal e de elevado consumo de recursos ambientais.

Assim, a ocupação do solo urbano, guiada geralmente pela atuação do mercado imobiliário, se pautará na ação das grandes corporações e seus projetos, renegando possíveis processos de democratização do acesso à terra, o que dificulta a visibilidade das diversidade territoriais e das formas de ocupação desigual e injusta presentes na RMRJ (Maricato, 2011). Por conta disso, as análises sobre os determinantes sociais nos processos de ocupação das cidades devem considera os contextos de construção e atuação das práticas cotidianas dos habitantes destes territórios, que vivem e interagem num ambiente mais amplo das vulnerabilidades socioambientais, resultantes das contradições históricas no meio urbano (Sabroza, 2001).

Buscando oferecer subsídios teóricos e empíricos para esta compreensão, foi realizada entre os anos de 2009 e 2012 uma pesquisa cujo trabalho de campo mapeou os problemas sociais e ambientais dos moradores de Jardim Catarina, um loteamento periférico do município de São Gonçalo, segunda maior cidade em termos populacionais do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o censo 2010.

O trabalho, desenvolvido no âmbito da linha de pesquisa Educação Popular e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, trouxe uma abordagem sobre o tema das práticas populares do Jardim Catarina que incorporou alguns pontos de vista dos sujeitos da investigação, identificando que formas de mediação são fundamentais para o acontecimento dos atuais processos de construção e organização do espaço urbano marginal, uma vez que tais elementos tem implicado na reconfiguração de territórios, reordenamento dos lugares, na emergência de novos agentes sociais, na constituição de novas disputas e, particularmente, na produção de novas pobreza aliadas às velhas formas de pobreza (Cunha & Frigotto, 2010).

## 2. METODOLOGIA

A fim de discutir as questões aqui provocadas, optou-se por um caminho que deu acesso à reprodução coletiva dos sujeitos na RMRJ. Buscou-se dialogar tanto com os moradores antigos e jovens do Jardim Catarina como aqueles envolvidos em instituições locais ou ações comunitárias, concebidos aqui como atores chaves. De acordo com Cunha (1995), estes sujeitos atuam em suas comunidades, principalmente, através da proximidade com os outros moradores, oferecendo outro ângulo de percepção das relações sociais, diferentemente das lideranças comunitárias tradicionais.

Daí a necessidade de um caminho metodológico que possibilite o acompanhamento sistemático dos sujeitos da pesquisa. Através de trabalho de campo entre os anos 2009 e 2012 foram realizadas entrevistas de história oral e análises sobre memória de moradores e instituições do bairro. Desta forma, foi possível contribuir para a compreensão territorial das práticas locais, dos processos históricos de ocupação e dos problemas sociais e ambientais desta periferia.

Esse exercício metodológico dá ao levantamento de marcos históricos fundamental importância para a análise da ocupação das localidades como as presentes no Jardim Catarina, permitindo ter acesso aos processos que marcaram a formação do bairro e o que levou a conformação de diferentes microáreas, sendo estas, delimitadas durante a pesquisa de campo, servindo tanto de suporte para a realização de atividades comunitárias, como também funcionando como o lócus da memória, onde se inscrevem as marcas das relações familiares e de vizinhança (Alvito, 2001).

A fim de simplificar a apresentação dos resultados, os mesmos foram organizados em dois blocos: o primeiro, tratando da heterogeneidade espacial que a história de ocupação e as relações sociais no Jardim Catarina levaram aos territórios em questão, podendo dividi-los em microáreas distintas, ao mesmo tempo identificando elementos e formas de interação que levaram a esta configuração complexa. Este material está sistematizado no **Quadro 01**; o segundo ponto trata-se da pluralidade de respostas por parte da população a problemas específicos, partindo da luta pela terra num contexto de forte especulação imobiliária, mesmo em áreas populares, chegando às estratégias de enfrentamento de problemas de caráter ambiental, tais como déficit de saneamento, os riscos e a ocorrência de enchentes e alagamentos.

Esse grande arranjo não é conclusivo, mas demonstra o grau de complexidade que qualquer pesquisa sobre periferias metropolitanas se vê obrigada a enfrentar e a relação que estes elementos possuem com os grandes projetos industriais em curso hoje na RMRJ. Mesmo que parcialmente, os resultados desta pesquisa apontam para uma confrontação entre modelos de cidade, onde mercado global via empreendimentos e as obras públicas em infraestrutura deparam-se com o modo de vida popular nos territórios, cujos tempos nas ações e relações são distintos e conflitantes. (Ribeiro, 2011).

### 3. RESULTADOS

#### *Periferia como espaço heterogêneo*

O Jardim Catarina é dividido e organizado em territórios distintos, representados por microáreas com formações históricas heterogêneas. Porém, a compreensão das formas de ocupação do espaço demonstra que a visão de periferia segregada diverge dos processos sociais que conectam sua história e de seus moradores às inúmeras instâncias do mundo político e das políticas públicas de urbanização das cidades. Partindo dessa concepção, a cidade ganha outra roupagem, com manifestações de solidariedade e disputas concomitantes, geralmente negligenciadas pelas teorias que colocam as periferias como territórios exclusivamente de pobreza, *ingênuos* em relação às distribuições de recursos e de poder (Santos, 1983).

Os loteamentos populares do Rio de Janeiro iniciaram sua trajetória histórica nos anos 1950 a partir da falência do antigo modelo agrário de exportação de produtos primários. As propriedades rurais que tomavam quase toda a margem leste da RMRJ foram fechadas e desapropriadas pelo poder público municipal, que logo em seguida revendeu estas terras às empresas privadas do ramo imobiliário. Com a repartição dos terrenos, mais intensamente nos anos 1960, iniciou-se a ocupação do Jardim Catarina, considerado hoje um dos maiores da América Latina (Braga, 1998; Lago, 2003).

Com o caminhar das décadas, a necessidade em acessar a casa própria e de estar próximo à oferta de trabalho e das possibilidades de consumo coletivo oferecidos pela metrópole fez com que as camadas populares se direcionassem ao bairro, avançando em direção às áreas de manguezal da região<sup>1</sup> que foram aterradas e ocupadas no processo de autoconstrução, sem uma política igualitária de uso do solo. Neste período, moradores antigos afirmaram que a situação de vulnerabilidade ambiental de áreas sem infraestrutura urbana para moradias adequadas não os impediram de negociar a compra de lotes junto aos setores do mercado imobiliário local. A apropriação das terras já era presente e legalmente embasada pelo poder público municipal. É neste ponto que a configuração socioespacial do Jardim Catarina ganha contornos de uma produção social que envolverá relações de poder entre seus moradores e agentes econômicos que atuam na cidade como um todo, seja na esfera local ou mais ampliada.

A partir do trabalho de campo e das inúmeras entrevistas realizadas<sup>2</sup>, foi possível então organizar os contextos e períodos de ocupação do bairro, com a identificação de alguns processos e microáreas distintas. Vale destacar que os nomes dados às localidades do bairro foram citados com mais frequência e bem delimitados ao longo do trabalho, porém, é possível que outras nomeclaturas sejam utilizadas, da mesma forma que outras microáreas possam fazer parte da realidade do Jardim Catarina. O esforço desta síntese identificou elementos que permitiram a confirmação de um espaço heterogêneo, que impactará diretamente na manutenção de antigos problemas sociais e na produção de novos desafios ao campo da sociologia urbana:

---

1 O centro da Região Metropolitana do RJ é banhado pela Baía de Guanabara, ecossistema que abriga os manguezais da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA);

2 Ao todo foram realizadas 25 entrevistas, todas com o consentimento dos participantes e com suas identidades preservadas. A pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ - N°80/2010)

**Quadro 1: Microáreas do Jardim Catariuna e seus processos históricos de formação**

Micro-áreas	Contextos e processos de formação
<b>Catarina Velho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com a crise agrária e as transformações econômicas nas décadas de 40 e 50 na RMRJ, fazendas do Município de São Gonçalo são fechadas e tem suas terras são loteadas;</li> <li>- Os primeiros loteamentos passaram a se localizar nos distritos agrícolas da cidade, formando entre outros, o bairro de Jardim Catarina;</li> <li>- Nessas décadas, pessoas deslocadas de cidades do interior se dirigiram aos centros urbanos em busca de emprego e oportunidades de consumo;</li> <li>- No entanto, os primeiros moradores da periferia tiveram que adaptar-se a um ambiente semi-rural e com carência de infraestrutura;</li> <li>- Com apoio do governo municipal, a imobiliária Jardim Catarina S.A foi a responsável pela comercialização dos lotes no bairro gonçalense. Os primeiros terrenos adquiridos formaram a microárea conhecida atualmente como Catarina Velho.</li> </ul>
<b>Catarina Novo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com a reformulação das políticas de organização do espaço urbano na capital do estado, nos anos 1960, houve uma série de remoções de populações de favelas dos principais centros (Rio de Janeiro e Niterói);</li> <li>- Com a fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro (1975) e a fundação da RMRJ, inicia-se aí um movimento mais acentuado de ocupação das periferias, incentivado pelo Estado (com as grandes obras de vias de ligação) e gerido por agentes econômicos privados;</li> <li>- As populações removidas das favelas e bairros populares do Rio de Janeiro são levadas a ocupar a periferia metropolitana, intensificando em termos demográficos os ainda semi-rurais loteamentos distantes;</li> <li>- No Jardim Catarina, esta expansão de lotes ficou conhecida como o Catarina Novo, contudo ainda sofrendo com a falta de serviços básicos para a reprodução da vida na cidade (saneamento básico, escolas, empregos etc.).</li> </ul>
<b>Ipuca e Pica-Pau</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com a construção das grandes vias nos anos 1970 e 1980 (BR-101 e ponte Rio - Niterói) e com o aumento do preço da terra e dos imóveis na capital fluminense e nas periferias já consolidadas, são os loteamentos periféricos os responsáveis pela absorção da demanda por moradia das camadas populares;</li> <li>- No entanto, as áreas centrais do Jardim Catarina (Novo e Velho) inauguraram suas primeiras associações de moradores e construíram uma primeira pauta de reivindicação de melhorias para o bairro e formas de pressão política, levando, ainda nos anos 1980, as primeiras obras de urbanização (pavimentação de ruas e sistema de saneamento) para suas localidades.</li> <li>- No começo dos anos 1990 os <i>Catarinas</i> Velho e Novo já apresentavam um elevado custo de vida (preço dos aluguéis e lotes) devido a sua urbanização, obrigando a ocupação de área marginais do bairro (zonas alagadas, margens de rios e localidades sem transporte, água e luz) por grupos populares mais vulneráveis;</li> <li>- Esta população ocupou as recém criadas comunidades da Ipuca e Pica-pau, passando a conviver com a falta de instituições representativas (ex: associação de moradores) e governamentais (ex: Posto de Saúde da Família e escolas públicas) e problemas graves de saneamento básico e moradia.</li> </ul>

Como demonstra o **Quadro 01**, analisar um problema social e/ou ambiental passa pela consideração dos elementos territoriais, sua historicidade e relativismo. Assim, a compreensão dos problemas urbanos da periferia da RMRJ dependerá do exercício de sistematização das práticas dos moradores no tempo e no espaço, objetivando e identificando suas experiências, mas sem perder de vista os elementos e o caráter subjetivo que as alimentam.

### *Periferia da periferia*

Caminhando pelas ruas do bairro há a sensação de que os lotes possuem dimensões amplas, capazes de oferecer ao seu proprietário o conforto necessário e comodidade às famílias. No entanto, quando se tem acesso aos terrenos, verifica-se a quantidade e variedade de formações domiciliares. Dos lotes que foram visitados durante esta pesquisa, praticamente todos possuíam mais de uma construção em sua propriedade. Em alguns casos encontraram-se duas, três ou até quatro famílias residindo numa mesma área, mas em casas diferentes. Olhando de fora fica praticamente impossível diagnosticar este quadro. As razões para esta mutabilidade são diversas, pois possuem aspectos históricos relacionados às lutas populares por moradia, pela reprodução da força de trabalho, à desigualdade de acesso à terra e à produção e mudanças no contexto social e político das cidades (Kowarick, 2000).

A construção de novas casas ou sua expansão através de novos cômodos tem dois objetivos centrais: o primeiro trata de garantir aos membros da família a possibilidade de adquirir a casa própria em um ambiente desigual, ou seja, com o casamento dos filhos ou o nascimento de um neto, a construção em um mesmo terreno permite economizar recursos, contar com o auxílio de parentes nos mutirões de obras e permite a proximidade e apoio social dos pais e irmãos. O segundo elemento está vinculado ao comércio imobiliário, que tem nas construções e divisões dos lotes uma possibilidade de retorno financeiro através da venda ou aluguel de casas e terrenos.

A construção da moradia se realiza por etapas e de acordo com as mudanças na organização familiar. Com a morte dos pais e o com crescimento dos filhos, o formato original da residência perde sentido, fazendo com que uma nova configuração floresça em busca da segurança dos grupos populares. A privacidade e o sentido de propriedade, mesmo que em parte, é mantido, porém ganhando contornos coletivos, geralmente ligados pelos laços de parentesco.

A escassez de recurso, tempo e espaço muitas vezes geram habitações pequenas, sem banheiro particular, fazendo da cozinha um novo quarto ou do quintal uma área coletiva, onde os diferentes núcleos familiares se comunicam e a todo instante se articulam: festas, confraternizações, debates e decisões são tomados nestes encontros. Neste caso, é o parentesco e a prática da autoconstrução em um mesmo lote que torna possível a reprodução dessas famílias.

É possível ainda adquirir renda para a subsistência e o sustento familiar através da negociação de parte do lote ou parte da casa no mercado imobiliário local, especialmente, nas partes centrais do bairro. Mesmo tendo cuidado nesta afirmação, devido à ação de agentes privados, que buscam acumular e concentrar capital através da especulação imobiliária e, com isso, dificultar o acesso de moradores às áreas mais valorizadas do bairro (que contam com alguns serviços públicos e comércios), será a repartição de terras que levará a expansão e a fixação ao lugar por parte dos moradores neste loteamento da periferia metropolitana.

Recentemente, durante as obras de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, algumas empresas do ramo imobiliário adquiriram grandes porções de terras tanto nas áreas centrais do Jardim Catarina como na sua margem. Levadas pela especulação criada em torno do Complexo Petroquímico de Itaguaí (COMPERJ), na cidade vizinha ao bairro, muitos lotes se tornaram alvos de especuladores que adquirem a terra para revenda posterior a grandes empresas, especificamente, aquelas que atuam ou irão atuar junto ao Comperj. Consequentemente, a valor dos

terrenos se elevam, bloqueando o acesso por parte de grupos populares ou até mesmo levando a sua expulsão de áreas centrais.

Tal fato é possível de ser observado com um simples olhar para os quintais das casas na microárea da Ipuca (área periférica de manguezal recentemente aterrada), por exemplo, pois logo se percebe a divisão e o recorte espacial do que antes eram hortas de subsistência. O espaço que possuía outras funções sociais e com fortíssimo aspecto cultural agrário transformou-se em opção de habitação para grupos vulneráveis que tentam enfrentar a ineficiência das políticas habitacionais, a pressão imobiliária e o alto custo da construção. Esta é uma prática que tem consequências do ponto de vista ambiental e da saúde da população, pois o processo da autogestão da terra geralmente é acompanhado pela falta de uma infraestrutura mais ampla e de saneamento básico, o que potencializa os riscos à saúde.

Na instalação coletiva de redes de esgoto alternativas nos lotes repartidos, os dejetos domiciliares são direcionados aos rios e canais mais próximos. A estratégia é levar o mais longe possível o esgoto e o lixo. Como não há nenhum tipo de sistema de coleta e tratamento regular em todo o bairro, muitas áreas, mesmo não ocupadas, acabam sofrendo com o impacto deste modelo de ocupação espacial, o que favorece o discurso das autoridades sanitárias de que são os moradores que poluem o ambiente e as ruas dos loteamentos.

Eu sei que é errado, mas não posso deixar o esgoto no meu quintal. Aqui mora criança, idoso. O jeito é levar pra longe o esgoto (...). Nós aqui nos unimos e fizemos a instalação das tubulações. As vezes tem algum vazamento, mas pelo menos o esgoto não fica dentro da nossa casa (Moradora D.A.)

O depoimento foi feito por uma moradora que divide o mesmo terreno com mais duas famílias. A rede de esgoto é uma só para três casas. Todos contribuíram com os gastos de material de construção e mão de obra. Com isso, reduzir a condição do problema da moradia ou do saneamento básico ao comportamento “inadequado” da população é limitar a capacidade de compreensão das dinâmicas habitacionais da cidade popular. A experiência, muitas vezes determinadas pelas condições materiais e as limitações impostas pela sociedade, podem ser reelaboradas, buscando contribuir para a sobrevivência destes grupos sociais.

Levando em conta a heterogeneidade de ocupação e o comércio imobiliário entre as microáreas, percebe-se que este modelo de produção habitacional, alimentado pela fragilidade das políticas públicas do setor, agrava ainda mais as condições de vida da população do bairro. Cria-se um processo de periferização de áreas na própria periferia, onde famílias com maior poder econômico conseguem se manter nas partes centrais do bairro, que contam com serviços públicos de saneamento, saúde, educação e transporte, enquanto grupos mais vulneráveis são empurrados às partes marginais e de maior precariedade das condições territoriais.

Outro fator de intensificação dos problemas ambientais é a localização destas áreas marginais. Todas estão próximas aos rios de maior capacidade de drenagem do município (Rio Alcântara e Guaxindiba), com isso, em momentos de fortes chuvas é comum alagamentos e enchentes, pois além do assoreamento destes canais - por conta do acúmulo de entulho - suas margens são frequentemente cupadas por moradias inadequadas.

Esta situação de injustiça ambiental, somada à mudança no *tempo* das águas percebida nos últimos anos (a exemplo das chuvas de abril de 2010), pegou desprevenida parte da população das microáreas do Pica-pau e da Ipuca, causando prejuízos materiais e imateriais de grande proporção. Enquanto as águas inundavam ruas e casas rapidamente, os moradores acionaram as autoridades públicas na tentativa de encontrar ajuda para as famílias que estavam “ilhadas” em suas moradias. Contudo, diante da negativa do atendimento, o único jeito de salvar a vida das pessoas que ali residiam foi a organização do sistema

de resgate pela própria população: barcos, botes improvisados, cordas e outros materiais serviram de ferramentas para esta ação:

Quando eu vi o pessoal gritando, preso nas casas, não pensei duas vezes, entrei na água. Eu tinha acabado de chegar do hospital, minha mãe também estava muito doente, mas mesmo assim eu ajudei as pessoas. Eu e os outros moradores pegamos o barco de um amigo que é pescador e começamos a tirar as pessoas. Tinha que ver, tudo mundo nos telhados. Foi muito triste (Morador F.C.)

A ação rápida dos moradores fez com que não se perdessem vidas, mas evidenciou que a situação de vulnerabilidade das microáreas periféricas do bairro vem se agravando. No caso do problema da enchente há ainda uma relação direta com as políticas de abastecimento de água e tratamento de esgoto e pavimentação ocorridas nos últimos anos. As zonas com maior exposição aos riscos ambientais são justamente aquelas que não foram contempladas com políticas públicas de saneamento básico por parte das intervenções das últimas décadas e mais recentemente do PAC. Para agravar a situação socioambiental do Jardim Catarina, os projetos das obras de drenagem ocorridas durante os anos 1990 e 2010 canalizaram os rios da região e construíram ruas sobre córregos, impermeabilizando o solo e fazendo com que a água dos *valões* transbordasse mais rapidamente, encontrando nas vias do bairro o único caminho para seu escoamento.

## 1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “sistema de resgate local” apresentado pelos moradores acaba funcionando como um evento-pista para as análises dos problemas ambientais dos habitantes da periferia fluminense. Pois, ele desvenda as contradições da realidade e as possibilidades de ação inscritas na mesma. Comumente analisam-se os processos para entender acontecimentos. Neste caso, o sentido inverso ganha importância, pois pega-se um acontecimento e uma prática para se conhecer um processo mais amplo de injustiça ambiental. Cunha (1995), analisando determinadas lutas populares nas favelas da Penha, município do Rio de Janeiro, chama atenção para a potencialidade de “acontecimentos” que levam a um deslanchar coletivo de projetos e estão articulados à experiência acumulada dos sujeitos em luta e também à forma como esta é percebida num momento em que se vive uma situação de injustiça, e porque não, uma possibilidade de mudança.

As desigualdades nas formas de produção e na distribuição dos riscos e benefícios no interior dos modelos econômicos fazem das periferias espaços de intensificação dos riscos ambientais, expondo territórios, denominados “zonas de sacrifício” (Bullard, 2004), que são ocupados por populações que sofrem com o preconceito às culturas tradicionais, à posição social, à origem e ao lugar de moradia. De um lado, está a existência de vulnerabilidades, no outro, há emergência de práticas que reconhecem esta realidade desigual, porém que caminham na direção do enfrentamento em busca por justiça de forma explícita, visando sempre manter a luta por cidadania (Porto, 2007).

Neste sentido, pensar a condição de vida das populações urbanas nas periferias leva a destacar dois elementos centrais para a compreensão da organização do espaço urbano: o primeiro passa pela produção popular de conhecimento, tanto a respeito dos meios de inserção da classe trabalhadora na cidade contemporânea, como suas estratégias de reposta aos problemas enfrentados no cotidiano e; em segundo, os processos de urbanização das metrópoles, em que o olhar sobre a questão do solo urbano deve apontar para o acirramento das disputas por terras e territórios (Maricato, 2011; Najar & Marques, 2003).

A sistematização das práticas populares desenvolvida neste estudo contribui para que não se caia nas armadilhas das análises simplistas e fatalistas sobre a RMRJ, criando assim, uma abertura às



possibilidades para se pensar novos projetos urbanos e políticas públicas para as cidades. As práticas locais, organizadas a partir da vida experimentada na periferia, apresentam-se como o principal instrumento de resistência às injustiças provocadas pelas relações econômicas desiguais e, também, acabam trazendo um elemento comum entre grupos populares, fator capaz de integrar lugares e sujeitos através da formação de identidades coletivas e ações solidárias diante da vulnerabilidade social e ambiental do espaço social urbano.

Da mesma forma, é perigoso se perder em um ufanismo ingênuo a respeito das práticas locais, esquecendo, por exemplo, que num projeto urbanístico inacabado ou precário, mesmo na periferia, há de um lado pessoas que arcam com uma carga maior de problemas e impactos na saúde, enquanto outras se beneficiam e lucram com tal condição social. Ou seja, quando parte de uma rua ou quarteirão é asfaltada e outra não, ou conta com serviços públicos e outra não, isso traz como pano de fundo uma série de articulações políticas e relações de poder que envolvem não apenas agentes econômicos, Estado e instituições privadas, mas também, lideranças locais, moradores e espaços comunitários. A própria análise do mundo popular, tanto por acadêmicos como por membros de movimentos sociais, é capaz de confundir os caminhos, entre aqueles que levam à autonomia e os que acabam gerando ainda mais dominação e injustiça e reprodução das desigualdades sociais urbanas (Bourdieu, 1997).

Assim, o reconhecimento e o respeito aos limites locais permite conhecer a configuração dos níveis de complexidade da vida e dos processos de produção do espaço social, assim como, alerta os sujeitos sobre estas limitações. Esta talvez seja uma das primeiras contribuições deste trabalho. Deve-se localizar, e ajudar a perceber que estas lutas coletivas estão atreladas a discussões mais amplas de políticas e problemas sociais e ambientais.

A caminhada histórica na periferia é feita “com os pés”, com pequenas ações diárias (Valla, 1998). Do ponto de vista tradicional, traduzidos pelas teorias de classe e movimentos sociais, não existe “participação social” em termos de organização política por parte dos atuais grupos populares. Valla (1998) destaca que há um discurso comum sobre o conformismo das camadas pobres urbanas e de suas instituições representativas (enfraquecimento das associações de moradores, esvaziamento de comunidades religiosas e quebra das antigas relações trabalhistas e sindicais), mas isso não significa que no cotidiano as pessoas não participem. A possível passividade a partir da “aceitação dos problemas” (ex: viver em áreas que alagam) devem ser compreendidas na verdade como uma aproximação e articulação política envolvendo grupos populares e outras instituições da sociedade, representando uma estratégia de resistência social dos primeiros em relação ao modelo econômico-político hegemônico e opressor dos segundos (Martins, 1992).

A sistematização destas práticas de enfrentamento é um exercício necessário para o reconhecimento destes movimentos locais, demonstrando sua importância nos tratamentos de saúde, na implantação de políticas de saneamento básico e na garantia de direitos civis. A junção de sujeitos e a construção de redes e tecnologias de apoio social representam um caminho à transgressão dos padrões sociais e culturais impostos, gerando a reorganização de territórios precários e a revitalização dos valores éticos, democráticos e cidadãos (Porto, 2007).

Os tempos se confrontam na periferia urbana: a autoconstrução da casa (cômodo a cômodo) por parte do trabalhador garante a reprodução e permanência da família e enfrenta a ocupação acelerada promovida pelos impactos do crescimento econômico e expansão urbana, com empenho marcante do mercado imobiliário e do Estado; o tempo do progresso, do mercado global, vai de encontro com o tempo no universo popular e suas condições de vida, suas relações de vizinhança, de trabalho e dos problemas sociais e; o tempo da história contada, vivida, exclui o tempo da história linear, dos grandes fatos e dos programas de Estado.

Sendo assim, o processo de segmentação da cidade e dos grupos populares, mesmo que num primeiro momento represente fragmentação e bloqueio ao acesso de bens urbanos, tornam-se mais uma oportunidade para a consolidação da autonomia das ações e formação de coletividades (Burgos, 2005).

As práticas locais, organizadas a partir da vida experimentada na periferia, constituem-se no principal meio de resistência às injustiças provocadas pelas relações econômicas desiguais e, também, acabam representando um elemento comum, capaz de integrar lugares e pessoas, através da formação de identidades coletivas e ações diante da vulnerabilidade social e ambiental.

## 2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvito, M. (2001). *As Cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV;
- Bourdieu, P. (1997). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes;
- Braga, M. (1998). *O Município de São Gonçalo e sua história*. São Gonçalo, RJ: Ed. Falcão;
- Burgos, M. (2005). Cidade, Territórios e Cidadania. *Dados, Jan-mar. Vol. 48*, 189-222;
- Castellanos, P.L.(1997). Epidemiologia, Saúde Pública, Situação de Saúde e Condições de vida: considerações conceituais. In: Barata, R.B.(org.) *Condições de Vida e Situação em Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco;
- Cunha, M. (1995). *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradias: saber e história nas favelas da Penha*. Dissertação Mestrado não publicada, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro;
- Cunha, M. (2007). Mortos, adubos, esperas e sonhos: histórias de favelas do Rio de Janeiro e as batalhas dos Condutores de Memória. In: Gouveia, P., Coelho, B. & Teixeira, K.M. D. (orgs.). *Uma favela cordial: imagens, discursos e experiências em comunidades*. Viçosa: Ed. UFV;
- Cunha, M & Frigotto, G.(2010). O trabalho em espiral. *Interface: comunicação, saúde e educação. V. 14. N°35*, 401-10;
- Kawa, H., Sabroza, C., Oliveira, R. & Barcellos, C. (2010). A produção do lugar de transmissão da leishmaniose tegumentar: o caso da Localidade Pau da Fome na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 26(8)*:1495-1507;
- Kowarick, L.(2000). *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34;
- Lago L.(2003). Favela – Loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e segregação urbana. *Cadernos Metrôpoles, N° 09*, 119-133;
- Machado da Silva, L. A. & Leite, M. P. (2004). Favelas e Democracia: Temas e Problemas da Ação Coletiva nas Favelas Cariocas. In: Silva, I (org.). *Rio – a Democracia Vista de Baixo* (061-078). Rio de Janeiro: Ibase;
- Maricato, E.(2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes;
- Martins, J.S. (1992). *Sociedade Civil e Educação*. Campinas, SP: Papirus: Cedes, São Paulo: Ande: Anped;
- Najar, A. L. & Marques, E. C. (2003). A sociologia urbana, os modelos de análise da metrópole e a saúde coletiva: uma contribuição para o caso brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva, 8(3)*:703-712;
- Porto, M. F.(2007). *Uma Ecologia Política dos Riscos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ;
- Ribeiro, A. C. T. (2011). Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: Silva, C. A. (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana* (19-32). Rio de Janeiro: Lamparina;
- Ribeiro, L. C.(1999). Transformações da estrutura sócio-espacial: segmentação e polarização na RMRJ. *Cadernos Metrôpole. N 01*, 07-32, 1º semestre;
- Oliveira, R. & Valla, V.(2001) As condições e as experiências de vida de grupos populares no RJ: repensando a mobilização popular no controle da dengue. *Cad. Saúde Pública, 17*: 77-88;
- Sabroza, P. (2001). Concepções de saúde e doença. Acessado em 25 de junho de 2013, do site da Abrasco, [www.abrasco.org.br/.../sabroza%20p%20concepcoessaudedoenca.pdf](http://www.abrasco.org.br/.../sabroza%20p%20concepcoessaudedoenca.pdf);
- Santos, C.N.F. (1983) Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe? In: Valladares, L.P. (org.) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar;

Valla, V.(1998). Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cad. Saúde Pública, 14(Sup. 2):7-18;*